

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.292, DE 2013 (MENSAGEM Nº 548/2012)**

Aprova o Texto da Decisão CMC nº 12/10, aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 02 de agosto de 2012, que estabelece a Estrutura do Instituto de Política de Direitos Humanos (IPPDH).

**Autora:** Representação Brasileira no  
Parlamento do Mercosul

**Relator:** Deputado HENRIQUE AFONSO

## **I - RELATÓRIO**

O presente projeto de Decreto Legislativo aprova o texto da Decisão CMC nº 12/10, aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2012, a qual estabelece a Estrutura do Instituto de Política de Direitos Humanos (IPPDH).

Encaminhado ao Congresso por meio da Mensagem nº 548, de 2012, foi o texto da Decisão distribuído à apreciação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na conformidade do inciso I do Art. 3º da Resolução CN/1, de 2011, com vistas ao exame quanto ao mérito e à apresentação do respectivo projeto de decreto legislativo, nos termos do disposto no inciso I do Art. 5º da referida Resolução.

Na Representação, foi relatado pela ilustre Deputada Benedita da Silva, que ofereceu parecer favorável à Decisão. Nos termos da ilustre Deputada “o pleno funcionamento do Instituto de Política de Direitos Humanos contribuirá para o fortalecimento do sistema de proteção dos direitos humanos regional, especificamente no âmbito dos Estados Partes e Associados do Mercosul, onde há muito a avançar na defesa da pessoa humana segundo os princípios e os instrumentos de direitos humanos concernentes”.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O Instituto de Política de Direitos Humanos (IPPDH) foi criado com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do Estado de direito nos Estados Partes, mediante o desenho e seguimento de políticas públicas em direitos humanos, e contribuir para a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do Mercosul.

Conforme nos informa a Exposição de Motivos do Poder Executivo, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, o IPPDH deverá cooperar com os Estados Partes, prestando-lhes assistência técnica, oferecendo um espaço de diálogo e troca de ideias, promovendo a harmonização normativa e desenvolvendo atividades de capacitação.

A Decisão do CMC apresenta, em forma de anexo, a estrutura do IPPDH, a qual prevê um Conselho de Representantes Governamentais como órgão diretor e integrado por um representante governamental titular e um altermo de cada Estado Parte designados. Ficam previstas ainda a presença de um Secretário Executivo e a existência de quatro Departamentos: Assessoramento Técnico, Assistência Técnica, Estudos e Pesquisa, e Administração, Comunicação e Desenvolvimento Institucional.

Após análise, nada encontramos, no âmbito dos direitos humanos e minorias, que impeça a aprovação do presente projeto de decreto legislativo por esta d. Comissão. Assim, nosso voto é FAVORÁVEL à

aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.292, de 2013, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2014.

Deputado HENRIQUE AFONSO  
Relator